



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Ana Luiza Figueira Ochiai
Ana Maria Ferrer da Rosa
Florinda Aparecida de Freitas Ferreira
Nadia Elisabeth Jokuska Camero
Roseli Bianchi da Costa Estrozi**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
UMA DISCUSSÃO TEÓRICA DE SUAS POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS**

**SANTOS
2009**



**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**Ana Luiza Figueira Ochiai
Ana Maria Ferrer da Rosa
Florinda Aparecida de Freitas Ferreira
Nadia Elisabeth Jokuska Camero
Roseli Bianchi da Costa Estrozi**

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
UMA DISCUSSÃO TEÓRICA DE SUAS POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação e Ciências Humanas UNIMES, como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Prof.^a Giselle Larizzatti Agazzi

Santos
2009



Ana Luiza Figueira Ochiai
Ana Maria Ferrer da Rosa
Florinda Aparecida de Freitas Ferreira
Nadia Elisabeth Jokuska Camero
Roseli Bianchi da Costa Estrozi

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO:
UMA DISCUSSÃO TEÓRICA DE SUAS POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS**

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Professor convidado

Professor suplente

Santos, 07 de Junho de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que passaram pelas nossas vidas nesses anos de faculdade e que, mesmo sem saber, nos ensinaram mais do que podemos dizer em palavras.

Agradecemos aos nossos pais por absolutamente tudo. Dos erros e acertos, tudo nos ajudou a ser quem somos hoje.

Aos nossos queridos amigos que conhecemos e que mudaram nossas formas de encarar a vida.

A todos os nossos familiares que tanto amamos e que nos mantiveram perseverantes no objetivo de concluir esta etapa acadêmica, impedindo-nos de parar no meio do caminho. Que nos ampararam nos momentos mais difíceis e, além das palavras de amor, nos auxiliaram no presente trabalho.

Sobretudo, agradecemos a Deus, por ter sido nossa principal base para a conclusão deste trabalho e desta etapa de nossas vidas.



***“Existe somente uma idade para ser feliz...
Somente uma época na vida de cada pessoa em que é possível sonhar...
E fazer planos e ter alegria bastante para realizá-los...
Essa idade tão fugaz na vida da gente chama-se PRESENTE.
E tem a duração do instante que passa.”***

MARIO QUINTANA

RESUMO

A leitura da criança inicia-se quando associa as imagens e sons, quando vê um livro e conta sua história. Uma vez que existe criatividade para produzir seu texto, a criança sente-se atraída pelo formato do livro, pela possibilidade de abri-lo e decifrar seus mistérios. No entanto, podemos constatar que toda essa admiração vai sendo deixada de lado, quando a escola despreza essa leitura, passando ao formalismo, onde é imposta a tarefa de decifrar códigos. E isto se agrava mais ainda quando as cópias passam a ser cobradas para melhorar a letra e fixar a escrita. A alfabetização é considerada, em geral, como a capacidade de ler e escrever com certo grau de habilitação. Com maior precisão, pode ser definida como uma capacidade técnica de decodificar signos ou impressos, símbolos ou letras, que formam palavras. Discorrer sobre o letramento é uma tarefa que demanda uma análise cautelosa sobre em qual contexto este letramento está inserido.

PALAVRAS-CHAVE: alfabetização, letramento, leitura, criatividade, decifrar códigos.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	04
EPÍGRAFE	05
RESUMO	06
INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – ALFABETIZAÇÃO	12
1.1 Definição de alfabetização.....	12
1.2 Métodos e processos de Alfabetização.....	13
1.3 Emília Ferreiro – aspectos construtivos da escrita (níveis).....	19
1.4 Alfabetização e Fracasso Escolar.....	22
CAPÍTULO 2 – LETRAMENTO	26
2.1 Definição de letramento.....	26
2.2 Alfabetizado e Analfabeto, Letrado e Iltrado.....	27
2.3 A Relação entre Alfabetização e Letramento.....	28
CAPÍTULO 3 – LETRAMENTO E ESCOLARIDADE	32
3.1 Modelos de letramento.....	32
3.2 Práticas discursivas e eventos de letramento.....	34
3.3 As práticas de letramento na escola.....	35
3.4 Letramento: como definir, como avaliar, como medir.....	36
3.5 Avaliação e medição do letramento: em busca de critérios.....	37
3.6 Avaliação e medição do letramento em contextos escolares.....	37
3.7 Avaliação e medição do letramento em censos populacionais.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
BIBLIOGRAFIA	40

INTRODUÇÃO

A alfabetização é considerada, em geral, como a capacidade de ler e escrever com certo grau de habilidade. Com maior precisão pode ser definida como uma capacidade técnica de decodificar signos ou impressos, símbolos ou letras, que formam palavras.

Discorrer sobre o letramento é uma tarefa que demanda uma análise cautelosa sobre em qual contexto este letramento está inserido.

A condição para o letramento está atrelada também às questões culturais da sociedade onde as crianças vivenciam o uso da leitura e da escrita como fator social determinante que contribui para a formação social do indivíduo. Considera-se que o letramento é parte integrante no processo de alfabetização de qualquer indivíduo em sociedade, sendo ele criança, jovem ou adulto, pois, a todo o momento, o aluno vivencia a alfabetização como um instrumento concreto de aquisição do processo de leitura e escrita.

Diante disso, ganhou corpo a preocupação em elucidar a importância do letramento na alfabetização; enquanto muitas crianças lêem e escrevem com dificuldade, outras perdem o gosto pela leitura, podendo ocasionar em abandono escolar. Pergunta-se, então: Por que é difícil aprender a ler e escrever? Qual o melhor modo de se aprender a ler e escrever? Como conseguimos fazer com que a aprendizagem da leitura e da escrita seja realizada com êxito pela criança, fazendo do processo da leitura um momento de busca prazerosa sem a dor da angústia e do medo?

QUESTÃO DA PESQUISA

Os professores incorporam em sua prática essa nova concepção de alfabetização, ou seja, a perspectiva do letramento?

Como esse trabalho está sendo realizado?

HIPÓTESE

Alguns professores estão tentando incorporar as perspectivas na área da alfabetização, combinando o modo de trabalho antigo com essas novas propostas. Outros professores rejeitam tais perspectivas, e outros, ainda, tentam fazer o máximo.

Essa escolha decorreu de convivências profissionais no campo da educação escolar e das dificuldades que observamos nas crianças no processo de aprendizagem inicial, e ainda, do alto índice de retenção e abandono da escola na 1ª série do Ensino Fundamental, tendo como objetivos gerais o aprimoramento pessoal sobre o tema letramento, o compartilhar com colegas de trabalho as novas concepções sobre alfabetização e o aprofundamento no tema para posterior trabalho na Educação Fundamental com crianças em processo de alfabetização. Os objetivos específicos dessa pesquisa foram pautados no conhecimento dos níveis de evolução da leitura e da escrita, segundo a perspectiva construtivista de alfabetização, identificando os princípios psicopedagógicos que orientam a prática pedagógica dos professores alfabetizadores e como estes intervêm didaticamente no processo de construção da leitura e da escrita dos seus alunos.

Com base no pensamento de Emília Ferreiro e Jean Piaget, podemos afirmar que o desenvolvimento da criança em fase de alfabetização inicia-se a partir do momento em que a criança interage com o mundo da escrita.

A leitura da criança inicia-se quando associa as imagens e sons, quando vê um livro e conta sua história. Uma vez que existe criatividade para produzir seu texto, a criança sente-se atraída pelo formato do livro, pela possibilidade de abri-lo e decifrar seus mistérios. No entanto, podemos constatar que toda essa admiração vai sendo deixada de lado, quando a escola despreza essa leitura, passando ao formalismo, onde é imposta a tarefa de decifrar códigos. E isto se agrava mais ainda quando as cópias passam a ser cobradas para melhorar a letra e fixar a escrita.

A partir desse momento, sentimos necessidade de investigar quais os fatores que interferem nesse processo, considerando que a criança, desde que nasce, participa de diversas atividades no seu cotidiano, dentro e fora da instituição de Educação Infantil. Dessa forma, a criança vai adquirindo conhecimentos acerca dos grupos aos quais pertence, das relações sociais que ali se estabelecem e de diversas formas de organização como a família, os parentes e os amigos que constituem espaços de construção de conhecimento social. Porém a escola, muitas vezes, não valoriza esses saberes, deixando de possibilitar que as crianças vivenciem e percebam a realidade social em sua complexidade e multiplicidade de formas, oferecendo-lhes novas perspectivas, para que possam avançar na compreensão do conjunto de relações que explicam o mundo social.

Partindo disso, procurou-se ler vários trabalhos de diferentes autores na tentativa de construir teoricamente um estudo para se descobrir e resgatar maneiras de trabalhar o ensino da leitura e da escrita, contribuindo com a prática educativa.

Este estudo pretende demonstrar uma necessidade de mudança de postura do professor e da escola, destacar que as mudanças de métodos podem contribuir no processo de aquisição da leitura e escrita. Quanto ao papel da

escola, esta deve estar atenta ao processo de aprendizagem para não exigir da criança aquilo que ela não pode dar, pois correria o risco de provocar sentimentos de incapacidade e baixa autoestima que, possivelmente, conduziriam ao fracasso.

Esta pesquisa estará respaldada principalmente nas obras de Magda Soares, que nos últimos vinte anos vem tecendo um diálogo entre os dois conceitos de alfabetização e letramento, assim como na discussão realizada por Paulo Freire, em que a alfabetização é pensada sob o ponto de vista político e ideológico.

Com o objetivo de aprofundar na questão da alfabetização e do letramento, assuntos como os citados acima serão discutidos nesta pesquisa em três capítulos, a saber:

No primeiro capítulo, serão abordadas as definições de alfabetização, suas etapas, seus métodos e processos, assim como os níveis apontados por Emília Ferreiro e a relação entre alfabetização e fracasso escolar.

No segundo capítulo, discutimos como surge o letramento, suas definições, sua relação com a alfabetização e conceitos, como: alfabetizado, analfabeto, letrado e iletrado.

Já no terceiro capítulo, apresentaremos modelos de letramento, práticas e eventos de letramento, como defini-lo, avaliá-lo, medi-lo em contextos escolares, populacionais e em busca de critérios para avaliação posterior.

CAPÍTULO I: ALFABETIZAÇÃO

1.1 Definição de Alfabetização

De acordo com Colello (2003), alfabetizar significa ensinar a ler e a escrever, e alfabetização é a construção da leitura e da escrita.

Alfabetização é o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia - do conjunto de técnicas - para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se Letramento que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir objetivos. (COLELLO, In: Ribeiro, 2003, p.91)

As teorias desenvolvidas por Emilia Ferreiro e seus colaboradores deixam de fundamentar-se em concepções mecanicistas sobre o processo de alfabetização, para seguir os pressupostos construtivistas/interacionistas de Vygotsky e Piaget.

Do ato de ensinar, o processo desloca-se para o ato de aprender por meio da construção de um conhecimento que é realizado pelo educando, que passa a ser visto como um agente e não como um ser passivo que recebe e absorve o que lhe é "ensinado".

Na perspectiva dos trabalhos desenvolvidos por Ferreiro, os conceitos de prontidão, imaturidade, habilidades motoras e perceptuais, deixam de ter sentido isoladamente como costumam ser trabalhados pelos professores. Estimular aspectos motores, cognitivos e afetivos são importantes, mas somente se vinculados ao contexto da realidade sociocultural dos alunos.

Para Ferreiro (2001), "hoje a perspectiva construtivista considera a interação de todos eles, numa visão política, integral, para explicar a aprendizagem." (pág. 22)

O problema que tanto atormenta os professores são os diferentes níveis em que normalmente os alunos se encontram e vão se desenvolvendo durante o processo de alfabetização. O professor, assim, assume importante

papel, já que a interação entre eles é fator de suma importância para o desenvolvimento do processo.

1.2 Métodos e processos de Alfabetização

O período de alfabetização era marcado por atividades que desenvolviam o treino das técnicas preparatórias para a escrita, sendo assim o processo analítico ou sintético de alfabetização visava à memorização sem compreensão do que a criança estava lendo.

Para o professor alfabetizador este processo também era complicado, havendo sempre uma insegurança diante dos alunos, pois o que se compreendia da alfabetização era que esta se concretizasse de forma graduada: Alfabeto-treino / memorização até chegar à silabação que também deveria ser treinada e memorizada. A pronúncia oral era enfatizada no sentido de prevenir erros ortográficos.

Após a divulgação de estudos e pesquisas sobre o processo de leitura e escrita, a alfabetização hoje é enfocada em aspectos mais qualitativos: “sabe - se hoje que a alfabetização é a construção de um objeto conceitual cuja apropriação exige processo de longa duração, sendo fruto de abstração.” (TEBEROSKY e TOLCHINSKY, 2001, p. 174)

Esta afirmação deixa claro que o processo de alfabetização precisa ser sentido em sua essência. Para aprender a ler é necessário que a criança pense sobre o que está lendo, é preciso estabelecer relações e sistematizar o pensamento. Ao ler e escrever a criança parte para a construção de um sistema de representação.

Se o olhar do alfabetizado estiver focado para uma codificação e decodificação de códigos, a alfabetização que o aluno terá, neste caso, será por

meio de treinamento, de discriminação visual e auditiva, baseado no treinamento e na repetição que Franco determina como “aquisição de uma técnica”. Por outro lado, se o processo de construção de um sistema de representação focar as diferenças entre os significantes, a alfabetização que se quer é aquela que irá permitir à criança compreender o sistema de representação que ela está vivendo.

Segundo Soares, em sua obra “Letramento, um Tema de Três Gêneros” (2000), as crianças que aprendem a ler e a escrever utilizando-se apenas de suas aptidões perceptuais e motoras da memória percorrem um processo lento, limitado e precário, quando não fracassam totalmente; no entanto, as crianças que aprendem a ler e a escrever após terem elaborado a base conceitual necessária progridem mais rapidamente e transferem a aprendizagem com maior facilidade, tornando-se capazes de ler palavras com as quais ainda não se encontram familiarizadas.

A base conceitual consiste em ter uma concepção adequada da escrita como uma representação da fala, e vai, portanto, depender do nível de desenvolvimento cognitivo da criança. Para Soares, crianças que se encontram numa fase primitiva do realismo nominal não são capazes de focalizar a palavra como uma sequência de sons cujas características independem do objeto que ela representa e como representa. O processo de alfabetização tem ocupado lugar de destaque na preocupação dos educadores. Há uma variedade de métodos, técnicas e processos para se ensinar a ler e escrever. Dentre estes podemos destacar:

- Método Sintético;
- Método Analítico;
- Processo Construtivista.

Método Sintético

O método sintético consiste fundamentalmente, na correspondência entre o oral e o escrito, entre o som e a grafia. Outro ponto chave para este método é estabelecer a correspondência a partir dos elementos mínimos da escrita, que são as letras. A unidade mínima do som é a fala, é o fonema.

O processo, então, consiste em iniciar pelo fonema, associando-o a sua representação gráfica.

De acordo com as obras de Emilia Ferreiro e Magda Soares, que lemos no decorrer desta pesquisa, existem vantagens e desvantagens nos métodos sintético e analítico, que citaremos abaixo.

Alfabetização no Método Sintético

Características

- Este método de alfabetização parte da alfabetização fragmentada, isto é, da síntese para a análise;
- É preciso que o aluno, por meio da repetição, memorize as unidades das palavras;
- É graduado: a alfabetização inicia – se pelas “famílias silábicas,” começando pelas sílabas mais simples.

Vantagens

- É rápido e simples;
- O professor se sente seguro em aplicar este método;
- Permite assistência individual;
- Não discrimina os alunos.

Desvantagens

- Impede a leitura por unidades do pensamento;
- Por ser uma aquisição mecânica torna-se desinteressante e não motiva o aluno;
- Dificulta a compreensão dos textos pelos alunos;
- O prazer pela leitura é estimulado somente no início do método.

Método Analítico

O método global ou analítico da leitura baseia-se no princípio de que, para iniciar a criança eficientemente no processo de alfabetização, é indispensável proporcionar-lhe, sempre, situação global de leitura, isto é, que estejam presentes a um só tempo mecanismo e compreensão.

Características

- Neste método, a alfabetização ocorre de um todo significativo para chegar às partes que o compõe;
- Implica em repetir, memorizar e generalizar;
- Utilização de letra cursiva;
- A alfabetização ocorre de forma graduada e as dificuldades no vocabulário vão aumentando de forma padronizada.

Vantagens

- A leitura é feita por unidades do pensamento;
- Causa interesse e motivação;
- Favorece o aprendizado da técnica de compor textos;
- Permite a antecipação das ideias.

Desvantagens

- Exige excessiva memorização e exaustivo treino de escrita e memorização;
- É cansativo para o aluno;
- Gera autonegativismo por parte dos alunos que não conseguem memorizar e nos alunos que são reprovados;
- Quando o método fracassa o responsável é o aluno.

Processo Construtivista

Mesmo antes de serem capazes de ler, no sentido convencional do termo, as crianças têm de interpretar os diversos textos que encontram ao seu redor, como os livros, embalagens comerciais, cartazes de rua, anúncios de televisão, história em quadrinhos etc., fazendo assim uma leitura de mundo.

Quanto à escrita, a criança constrói hipóteses para explicar a construção da mesma.

No início do processo de alfabetização, as palavras consideradas pela criança como representantes da escrita são os substantivos (nomes próprios, comidas, bichos, brinquedos etc.) e devem ter no mínimo três letras.

Exemplo: se apresentarmos a uma criança a figura de um pato na água, escrito “o pato está nadando” e perguntarmos a ela o que está escrito, ela dirá: “pato e água”.

Características

- É construído pelo próprio aluno;
- É um processo que surge a partir de um conhecimento prévio do aluno;
- O ler, o falar e o escrever estão interligados;

- É o aluno que analisa e sintetiza de forma cognitiva, estabelecendo relações, criando não apenas uma hipótese, mas sim várias hipóteses sobre a escrita e a leitura;
- Permite e estimula o próprio aluno a criar conflitos cognitivos.

Acredita-se que o aluno, quando chega à fase da alfabetização, já traz algum conhecimento sobre o assunto.

Vantagens

- Respeita a individualidade da criança permitindo a livre expressão;
- Incentiva e instiga a criticidade e a curiosidade do aluno na solução de conflitos;
- O aluno é o principal agente do aprendizado;
- Dá condições e liberdade de ação ao professor;
- O professor é um orientador que se responsabiliza pelo processo de ensino aprendizagem;
- Não condiciona alunos e professores;
- O professor tem de se atualizar constantemente;
- Trabalha todas as dificuldades a partir das produções dos alunos.

Desvantagens

- Pais e professores inexperientes se sentem inseguros;
- Não existem dificuldades graduadas nem uma sequência das atividades;
- Não funciona em um regime seriado de ensino.

1.3 Emília Ferreira – aspectos construtivos da escrita (níveis)

Segundo Emília Ferreiro *et al* (1982), a criança, durante o período de contato com os sinais gráficos, passa por estágios de evolução, que são caracterizados em três níveis: Pré–Silábico, Silábico e Alfabético.

1) NÍVEL PRÉ-SILÁBICO

Caracteriza-se por uma busca de diferenciação entre escrita produzida, sem uma preocupação com as propriedades sonoras. Cada letra pode valer pelo todo e não tem valor em si mesmo.

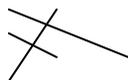
Ex.: OAI A O I N F – formiguinha

RAE I I P A I – gato

O nível pré-silábico está subdividido em quatro categorias:

- **GRAFISMO PRIMITIVO**; rabiscos e pseudoletas.

Ex.: VOVÓ



- **ESCRITAS FIXAS**: a mesma série de letras para representar diferentes palavras.

Ex.: CLORS – bola

CALRS – carro.

Isto porque provavelmente estas letras estão associadas ao seu nome: CARLOS, a criança só reconhece as letras pertencentes ao seu nome podendo até acrescentar as letras do nome da sua própria mãe.

- **ESCRITAS DIFERENCIADAS:** quantidade variável com repertório variável.
Ex.: AIO – carro
TRICP – bicicleta
- **ESCRITAS DIFERENCIADAS:** com quantidade e repertório variável, dando atenção ao valor sonoro inicial da palavra.
Ex.: PLAM – pato
PRNA – palito

2) NÍVEL SILÁBICO

Pode ser dividido entre Silábico e Silábico Alfabético:

Silábico: a criança compreende que as diferenças na representação escrita estão relacionadas com o "som" das palavras, o que a leva a sentir a necessidade de usar uma forma de grafia para cada som. Utiliza os símbolos gráficos de forma aleatórias, usando apenas consoantes, ora apenas vogais, ora letras inventadas e repetindo-as de acordo com o número de sílabas das palavras.

Silábico-Alfabético: convivem as formas de fazer corresponder os sons às formas silábica e alfabética, e a criança pode escolher as letras, ou de forma ortográfica ou fonética.

A criança compreende que as diferentes representações escritas se relacionam com as diferenças sonoras das palavras. Ela procura efetuar uma correspondência entre grafia e sílaba.

- Ex.: AU – pato
PIP – pipoca
U A U I I U
O p a c m i l h o
T o o
M
E

3) NÍVEL ALFABÉTICO

A criança agora entende que:

- A sílaba não pode ser considerada uma unidade e que pode ser separada em unidades menores;
- A identificação do som não é garantia da identificação da letra, o que pode gerar as famosas dificuldades ortográficas;
- A escrita supõe a necessidade da análise fonética das palavras.

No nível alfabético existe a compreensão da escrita onde todos os fonemas devem estar representados.

A alfabetização é considerada em geral como a capacidade de ler e escrever com certo grau de habilitação. Com maior precisão, pode ser definida como `uma capacidade técnica de decodificar signos escritos ou impressos, símbolos ou letras, que formam palavras´, de acordo com Soares em sua obra Alfabetização e Letramento. (2003)

Smolka, em seu livro “A criança na fase inicial da escrita: a Alfabetização como processo discursivo”, diz que podemos entender o processo de aquisição da escrita pelas crianças sob diferentes pontos de vista: o ponto de

vista mais comum onde a escrita é imutável e deve se seguir o modelo "correto" do adulto; o ponto de vista do trabalho de Emília Ferreiro, onde escrita é um objeto de conhecimento, levando em conta as tentativas individuais infantis; e o ponto de vista da interação, o aspecto social da escrita, onde a alfabetização é um processo discursivo. Cabe a nós educadores pensar nesses três pontos de vista e construir o nosso.

Coloca a autora, ainda, que para a alfabetização ter sentido, ser um processo interativo, a escola tem de trabalhar com o contexto da criança, com histórias e com intervenções das próprias crianças, que podem aglutinar, contrair, "engolir" palavras, desde que essas palavras ou histórias façam algum sentido para elas. Os "erros" das crianças podem ser trabalhados, ao contrário do que a maioria das escolas pensa, esses "erros" demonstram uma construção, e com o tempo vão diminuindo porque as crianças começam a se preocupar com outras coisas (como ortografia) que não se preocupavam antes, pois estavam apenas descobrindo a escrita.

É oportuno lembrar que o construtivismo não é um método de ensino. Construtivismo se refere ao processo de aprendizagem, que coloca o sujeito da aprendizagem como alguém que conhece e que o conhecimento é algo que se constrói pela ação deste sujeito. “Nesse processo de aprendizagem o ambiente também exerce seu papel, pois o sujeito que conhece faz parte de um determinado ambiente cultural”, de acordo com Emília Ferreiro (citação livre).

1.4 Alfabetização e Fracasso escolar

Autores como Emília Ferreiro, em seu livro “Com todas as letras”, mostram que, muitas vezes, os objetivos que definimos para a alfabetização, geralmente, são elaborados a partir de planos e programas que visam alcançar o “prazer pela leitura”, fazendo com que a criança seja capaz de “se expressar por

escrito”. A repetição de fórmulas sem nenhuma informação traz um resultado precário: alunos com deficiência para produzir e interpretar textos não são capazes de escrever de forma argumentativa.

Colello (2004) completa afirmando que:

Lamentavelmente, o ensino tradicional está amparado por pressupostos enganosos, que condicionam a natureza e a didática da ação pedagógica. Por desconsiderar seus alunos conhecimentos, valores, linguagens e necessidades a escola impõe normas, comportamentos e conteúdos como se ela fosse a responsável por todo o saber, a detentora da verdade única e indiscutível. Os educadores têm a pretensão de iniciar seus trabalhos pelo “marco supostamente zero de conhecimento”, a partir do que se planeja a evolução das atividades pedagógicas que, por sua vez, apenas pretendem cumprir o papel de “preencher cabeças vazias e ignorantes”, isto é, sem levar em consideração os processos cognitivos que se processam naquele que aprende. (pg.49)

Para Azevedo (2001), é preciso que se construa uma prática pedagógica cujo foco seja o aluno, e que este aluno chegue à alfabetização por meio de um processo natural e prazeroso. Nesta concepção a autora afirma que:

a prática pedagógica de alfabetização baseada na abordagem construtivista permite transformar a tarefa de aprendizagem em um desafio intelectual sempre significativo emocionante, e o clima da sala de aula em um espaço de encontro de competências diversas sobre a língua escrita, cujo objetivo final é o de fazer com que todas as crianças construam uma teoria adequada sobre a relação fonema grafema na língua portuguesa, isto é, fazer com que todas cheguem ao domínio da hipótese alfabética. (pg.43)

Cada vez mais são crescentes os estudos e pesquisas sobre o fracasso na alfabetização, e a todo o momento busca-se nova teoria que estimule nossas crianças e que combata o frequente fracasso diante do processo de alfabetização. Este fracasso é atribuído a vários fatores. Azevedo, em seu livro “Alfabetização Hoje” (2001), aponta um dos fatores que desencadeou este

fracasso ser o dos alunos não compreenderem o que lêem, tampouco conhecerem a função social da escrita.

Outro fator apontado pela autora é a falta de objetivos sintomaticamente nos programas de alfabetização de crianças que estabeleçam uma relação para que a criança compreenda as funções da língua escrita na sociedade. Como as crianças que crescem em famílias em que onde há pessoas alfabetizadas e em lares onde ler e escrever são atividades cotidianas, retêm esta informação através da participação em atos sociais onde a língua escrita cumpre funções precisas.

A necessidade de se repensar a alfabetização dentro de uma outra concepção para vencer o fracasso da alfabetização tradicional, na tentativa de criar uma teoria sobre alfabetização, nos faz refletir sobre o que nos diz Emília Ferreiro.

Em dois anos de escolaridade, - um dos quais pode ser a pré-escola - crianças muito marginalizadas (urbanas e rurais) podem conseguir uma alfabetização de melhor qualidade, entendendo por isso:

Compreensão do modo de reapresentação da linguagem que corresponde ao sistema alfabético de escrita; Compreensão das funções sociais da escrita, que determinam diferenças na organização da língua escrita, e, portanto, surgem diferentes expectativas a respeito do que se pode encontrar por escrito nos múltiplos objetos sociais que são portadores de escrita (livros diversos, jornais, cartas, embalagem de produtos comestíveis ou um medicamento, cartazes na rua etc...). (FERREIRO, 2001, pg. 23)

Propondo um novo conceito sobre alfabetização é preciso refletir também sobre o objetivo de alfabetizar. Alfabetizar como e para quê? Podemos continuar pensando em uma alfabetização rudimentar para alguns e uma alfabetização sofisticada para outros? Como suscitar o direito à alfabetização ao lado de outros direitos primordiais como, por exemplo, a saúde?

É preciso alfabetizar as crianças para que elas compreendam também os seus direitos. É necessária uma alfabetização para a construção social da criança como um indivíduo pensante e consciente na sociedade em que atua. É necessário também que a criança leia, além de textos, a linguagem da vida e da sociedade, ou seja, é necessário ler para que suas atividades cotidianas sejam efetuadas, é preciso, inicialmente, de uma construção da função social da escrita. Assim sendo, Azevedo (2001) afirma que:

quando se tem a consciência clara de que o problema do analfabetismo não é resolvido porque não há vontade política suficientemente forte para consegui-lo e de que se trata, portanto, de uma problemática ideológica, é preciso estar alerta para impedir que os avanços sejam apropriados como armas ideológicas. (p.47)

CAPÍTULO II: LETRAMENTO

2.1 Definição de letramento

Letramento é o resultado da ação de ensinar ou aprender a ler e escrever. Condição adquirida em consequência de ter se apropriado da escrita.

Este termo, recente entre os linguistas e estudiosos da Língua Portuguesa, surgiu há pelo menos vinte anos e aos poucos foi veiculando pelo campo educacional.

Constata-se que a primeira foi Mary A. Kato, segundo afirma Soares (2003, pg.15), e comenta que se buscou muito em dicionários o significado da palavra letramento, mas apenas encontrou no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa de Caldas Aulete, em uma edição contando mais de um século como explicação para o verbete apenas de “escrita”, e ainda ressalta que, neste mesmo dicionário, esse vocábulo é considerado antiquado, pois ao longo da história foi caindo em desuso.

O termo letramento originou-se da palavra da língua inglesa “*literacy*”, porém, *literacy* vem do latim *lithera* (letra), e o sufixo – cy que significa qualidade ou condição de ser inocente, ou seja, “*literacy* é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever”.

Na língua francesa o termo *illiteracy* corresponde a *illettrisme*; *illettré* significa o que lê ou escreve mal e não sabe fazer uso da leitura e da escrita.

No Brasil quando se discute a proposta do letramento frequentemente é associada ao conceito de alfabetização e que, apesar de a produção acadêmica sempre se dispor a diferenciar os termos, muitas vezes acontece a junção destes dois processos, o que para Magda Soares caracteriza-se como uma “desinvenção” da alfabetização.

Para Soares, o momento em que o letramento ganha destaque distingue alfabetização de letramento. A partir deste momento, o termo tornou-se cada vez mais frequente.

2.2 Alfabetizado / Analfabeto

Letrado / Iltrado

Devido às frequentes mudanças no mundo e com o objetivo de uma melhor compreensão dos fenômenos, a todo o momento surgem novas palavras para explicar ideias e fenômenos que constantemente se alteram. Neste sentido, os conceitos Alfabetizado / Analfabeto e Letrado / Iltrado se misturam no contexto social sendo uma tarefa acadêmica distinguir e analisar estes conceitos: Ler e escrever.

Analfabeto - estado ou condição de analfabeto.

Letrado - que ou quem é versado em letras; erudito.

letrado - que ou quem não tem conhecimentos literários, analfabeto ou quase.

Percebe-se, então, que diante das definições dadas acima, não fazem relação com o sentido do letramento tratado pelos autores nesta pesquisa.

Para Soares, há muito tempo o conceito de analfabeto não “é apenas o estado ou condição de analfabeto”. Para a autora, o analfabeto é aquele indivíduo cujos seus direitos de cidadão estão restritos e que a sociedade marginaliza, pois o mesmo não tem acesso aos bens culturais da sociedade. Anteriormente, explica a autora, para definir o conceito de analfabeto bastava simplesmente a definição “aquele que não sabe ler ou escrever”.

Recentemente, esta realidade se configurou em nosso contexto social e pôde-se perceber que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também que se compreenda a função social da leitura e da escrita.

2.3A Relação entre alfabetização e letramento.

o termo letramento tem sido utilizado atualmente por alguns estudiosos para designar o processo de desenvolvimento das habilidades de leituras e de escrita nas práticas sociais e profissionais. Por que esse termo surgiu? Segundo alguns autores, a explicação está nas novas demandas da sociedade, cada vez mais centrada na escrita que exige adaptabilidade às transformações que ocorrem em ritmo acelerado, atualização constante, flexibilidade e mobilidade para ocupar novos postos de trabalho. (GADOTTI, 2005, p. 25)

Segundo Gadotti, a alfabetização não é simplesmente uma técnica de ler e escrever, ou seja, está em um contexto bem mais amplo. Para Gadotti, um indivíduo letrado não é o mesmo que um indivíduo alfabetizado, segundo o sentido que Paulo Freire dá ao termo. Gadotti alinha-se também ao pensamento de Emília Ferreiro que considera a associação dos termos em um único conceito de

“retrocesso conceitual”, pois ambos acreditam que com esta junção dos termos a educação e a alfabetização perderam seu caráter político.

Contrapondo o pensamento de Moacir Gadotti, Magda Soares aponta a questão do uso do termo letramento como um termo que surgiu a partir da necessidade permanente da evolução da língua e diz:

Essa nova palavra surge, como muitas outras palavras já surgiram e muitas outras vêm surgindo na área da educação e do ensino, não propriamente para nomear um novo fenômeno, mas para designar uma nova percepção, uma nova compreensão de um processo que em si não é novo: o processo de aprendizagem da escrita. (SOARES, 2000, p.19)

Soares afirma que, durante muito tempo, o termo alfabetização era atribuído ao significado simplesmente para designar a aprendizagem inicial da língua escrita. No entanto, o conceito de alfabetização passou por transformações durante as últimas décadas, pois os índices de analfabetismo foram se transformando e até mesmo aumentando, ou seja, atribuindo-se à alfabetização outras funções que aos poucos foi saindo do contexto escolar e entrou nas práticas sociais de alfabetização.

Soares ainda afirma que é impossível, no estado atual do conhecimento e das pesquisas sobre a aprendizagem da escrita, deter o uso da palavra e do conceito de letramento: “a distinção entre alfabetização e letramento obriga a considerar o acesso ao mundo da escrita como muito mais do que um processo de aprender a ler e a escrever.” (2004, p. 51)

Assim como Gadotti, Soares também acredita que é conveniente distinguir os termos nos aspectos político e pedagógico. Politicamente porque distingue os termos obrigando-nos a compreender o processo de alfabetização que vai além de ler e escrever, isto é, um processo de inclusão social, político e cultural - um processo de letramento -, e pedagogicamente porque distinguir os

termos esclarece que são dois processos diferentes de aprendizagem e, portanto, que demandam procedimentos diferentes de ensino e de aprendizagem.

A diferença entre alfabetização e letramento se mostra clara em pesquisas acadêmicas nas áreas da História, Educação, Antropologia e Sociologia, pois estas pesquisas estão preocupadas em mostrar o número de alfabetizados e analfabetos, como são distribuídos por região, idade, nível socioeconômico, sexo, por etnia, entre outros fatores variáveis, a estas pesquisas denomina-se pesquisas sobre Alfabetização.

Quando pesquisas buscam por fatos associados a identificar usos de leitura e escrita em determinados grupos sociais, ou entre crianças e adolescentes baseando-se em fontes e documentos e como eram as práticas de leitura e escrita do passado (em diferentes grupos sociais, regiões e épocas), denominam-se pesquisas sobre Letramento.

Uma última inferência que se pode tirar do conceito de letramento é que um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas pode ser, de certa forma, letrado, (atribuindo a este adjetivo sentido vinculado a letramento). Assim um adulto pode ser analfabeto, ser marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita tem presença forte, e se tem interesse em ouvir a leitura de jornais, feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, é de certa forma letrado.

Esses exemplos evidenciam a existência deste fenômeno a que temos chamado de letramento e sua diferença deste outro fenômeno a que chamamos de alfabetização, aponta a necessidade de se partir, nos processos educativos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita voltada para criança, seja para adultos, de uma clara concepção desses fenômenos e de suas diferenças e relações. (FERREIRO, 1992, p. 89)

Para Tfouni (1995), a alfabetização é a aquisição da escrita, e o letramento preocupa-se em “focalizar os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”.

Soares completa esta definição dizendo que “é o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita, um exemplo do que acabamos de mencionar”, ou seja,

analfabetismo no primeiro mundo? (...) quando os jornais noticiam a preocupação com altos níveis de “analfabetismo” em países como os Estados Unidos, a França, a Inglaterra, surpreende por que: como podem ter altos níveis de analfabetismo países em que a escolaridade básica é realmente obrigatória e, portanto, praticamente toda a população conclui o ensino fundamental (que, nos países citados, tem duração maior que a do nosso ensino fundamental – 10 anos nos Estados Unidos e na França, 11 anos na Inglaterra). É que, quando a nossa mídia traduz para o português a preocupação desses países, traduz illiteracy (inglês) e illetrisme (francês) por analfabetismo. Na verdade, não existe analfabetismo nesses países, isto é, o número de pessoas que não sabem ler ou escrever aproxima-se de zero; a preocupação, pois, não é com os níveis de analfabetismo, mas com os níveis de letramento, com a dificuldade que adultos e jovens revelam para fazer uso adequado da leitura e da escrita: sabem ler e escrever, mas enfrentam dificuldades para escrever um ofício, preencher um formulário, registrar a candidatura a um emprego – os níveis de letramento é que são baixos. (SOARES, 2003, pgs. 56-57)

Para Soares, uma criança que, antes de estar em contato com a escolarização, ou seja, que ainda não saiba ler e escrever, mas que tem acesso a livros, revistas e histórias lidas por pessoas que já são alfabetizadas, começa a se interessar pela leitura e acaba criando seus próprios textos “lidos”, é considerada uma pessoa letrada.

Os países de primeiro mundo sofrem um considerável problema com as práticas sociais da escrita, pois a população é alfabetizada, mas, não domina as práticas sociais da língua escrita. Neste sentido, os conceitos de letramento na

França e nos Estados Unidos surgem com um sentido diferente de como ocorreu no Brasil.

O letramento aparece no Brasil quando surgiu a necessidade de habilidades para o uso de forma competente da leitura e da escrita, como forma de questionamento à alfabetização, pois, frequentemente, os termos se confundem e a todo o momento superpõem-se, cabendo ao Censo a produção acadêmica e à mídia analisar e detectar os termos estruturando seus significados.

Até a década de 1940, considerava-se alfabetizado o indivíduo capaz de ler e escrever um bilhete simples.

Em 1991, sob influência da mídia, o conceito de alfabetização se aproxima do conceito de letramento, obras acadêmicas recentes como, por exemplo, uma coletânea organizada por Roxame Roxo intitulado *Alfabetização e letramento* (Campinas – SP: Mercado das letras: 1998) e *Os significados do letramento*, organizado por Ângelo B. Kleiman (Campinas-SP: Mercado das letras, 1995), discutem o letramento, tomando como contraponto o conceito de alfabetização.

CAPÍTULO III: LETRAMENTO E ESCOLARIDADE

3.1 Modelos de letramento

podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social segundo a qual o letramento era definido, e os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizado ou não alfabetizado, passam a ser, em função dessa definição, apenas um tipo de prática – de fato

dominante – que desenvolve alguns tipos de habilidades, mas não outros e que determina uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita. (KLEIMAN, 1995, p.19)

O fenômeno do letramento, assim, vai além do mundo da escrita, e as escolas estão preocupadas em alfabetizar sem se preocupar com a prática social, isto é, a alfabetização é apenas um exemplo de prática de letramento.

Os processos de aquisição de códigos (numérico, alfabético) é um processo que acontece no âmbito escolar, ou seja, geralmente concebido em termos de uma competência necessária para a promoção escolar.

No entanto, há outras práticas de letramento que mostram orientações de letramento muito diferentes. Essas agências de letramento, como denomina Kleiman, estão na igreja, no trabalho e na família. Um exemplo evidente de que as crianças aprendem a matemática está presente nos estudos de Carraher & Schliemann (1995, p.20).

Essas crianças, são filhos de pais que tem uma barraca de feira e acompanham seus pais. Quando atinge certa idade, começam a trabalhar com os pais:

segundo os autores, os sistemas de cálculo matemático utilizados pelas crianças para desempenhar transações ligadas à sobrevivência, desenvolvidos coletivamente, primeiro através da observação dos adultos e depois através das interações com os fregueses, são extremamente eficientes, porém muito diferentes dos sistemas utilizados pela escola no processo de alfabetização. (KLEIMAN,1995, p.20)

As práticas do uso da escrita no ambiente escolar, que segundo Kleiman está abaixo da concepção de letramento, sustentam um modelo de letramento que muitos pesquisadores consideram um processo que ao mesmo tempo é parcial e equivocado.

Segundo Street (1984), esta concepção denomina-se por modelo autônomo de letramento.

Street afirma que este modelo pressupõe uma única maneira de se desenvolver o letramento, que faz relação com a mobilidade social.

Contraopondo-se ao modelo autônomo de letramento, está o modelo ideológico que afirma que

as práticas de letramento, no plural, são social e culturalmente determinadas, e, como tal, os significados específicos que a escrita assume para um grupo social dependem dos contextos e instituições em que ela foi adquirida. Não se pressupõe modelo causal entre letramento e progresso ou civilização ou modernidade, pois, ao invés de conceber um grande divisor entre grupos orais e letrados, ele pressupõe a existência e investiga as características, de grandes áreas de interface entre práticas orais e práticas letradas. (KLEIMAN, 1995, p.21)

O modelo autônomo de letramento relatado por Kleiman diz respeito ao fato de que a escrita, nesse modelo, seria um produto completo em si mesmo, não estando preso a nenhum contexto para ser interpretado. Sendo assim, a função da escrita estaria sendo representada de formas diferentes da comunicação que conhecemos distintas da oral, pois está ligada às funções de linguagem interpessoais, a relação durante a interação.

Já o modelo ideológico de letramento segundo Street (apud KLEIMAN, 1995, p.38), representa um modelo alternativo, para explicar que o letramento vai além dos aspectos da cultura, ele também faz parte das estruturas de poder numa sociedade.

Este modelo ideológico, portanto, não tem caráter de negação dos resultados específicos, baseando-se nos estudos realizados na visão autônoma do letramento.

3.2 Práticas discursivas e eventos de letramento

Kleiman denomina evento do letramento às práticas e situações onde a escrita é importante fator para dar sentido à determinada situação, onde há

relação de interação entre outros indivíduos, como, por exemplo, a historinha antes de dormir, prática exercida nas mais diversas camadas sociais da população. No entanto, segundo a autora, nos grupos familiares onde há escolarização com nível universitário, durante a leitura existe diálogo onde o leitor está sempre chamando a atenção do ouvinte para detalhes da história lida. É a partir destas interações que surgem inúmeras perguntas por parte do ouvinte que vai reelaborar a história lida pelo adulto.

Todos os eventos do letramento que surgem dentro das famílias são valorizados, pois isto significa que a criança está iniciando um evento de letramento, e se o adulto a interrompe pode estar podando esta iniciativa de construção de um evento de letramento.

No grupo de baixa escolarização, as crianças também têm um ambiente colorido mostrado nos livros infantis. Nestes livros, as ilustrações são referentes a objetos familiares e que enfatizam habilidades além de historinhas infantis. Estas habilidades dizem respeito a: fazer laços, abotoar, entre outras. Heath completa dizendo que

num primeiro estágio, o adulto reconta de maneira simplificada as histórias dos livros, introduzem informações discretas sobre a escrita, como nomes de letras, números, cores e nomes de objetos familiares através de perguntas. A criança responde, “lê” o material aos adultos, memoriza trechos... Num segundo estágio, quando a criança quer falar durante a sessão de historinha, ela não é mais encorajada a participar: espera-se que a sua participação se restrinja à de um observador que irá ser entretido pela leitura, ou que deverá aprender a informação do livro; num terceiro estágio, a criança conhece livros de exercícios sobre formas, cores e seu trabalho com o livro é monitorado pelo adulto. (KLEIMAN, 1995, p.42-43)

São marcantes as diferenças entre os grupos sociais. No grupo social de maior escolaridade, os eventos de letramento acontecem passo a passo onde as atividades são claramente descritas, diferente do que acontece nas

classes sociais menos escolarizadas, em que os adultos esperam as suas ações através de observações apenas dizendo “faz assim ó”.

3.3 As práticas de letramento na escola

As práticas de letramento na escola acontecem de acordo com o contexto na qual a comunidade está inserida.

Nos estudos realizados no contexto brasileiro, demonstram que o Brasil é um país pobre e que ainda a taxa de analfabetismo é marcante, onde o processo de reprodução das desigualdades é muito forte entre as pessoas.

Uma prática escolar que tem por objetivo o domínio da escrita para a construção de um texto abstrato e consistente precisa ter fundamentos em análise das diferenças entre as modalidades de evento do letramento, transmutando uma mensagem fônica para o visual, isto é, da oralidade para a escrita, possibilitando assim uma melhora considerável na construção de textos e nas explorações das funções da escrita.

Segundo esta mesma concepção do letramento, que vai analisar a escrita no sentido de um objeto, a finalidade do ensino seria:

iniciar e avançar um processo que culminaria na produção de um objeto já definido de antemão através de suas crianças formais com o texto oral. Como esse objeto tem características lexicais e sintáticas que a diferenciam de oralidade, o ensino teria que estar baseado num conhecimento contrativo das duas modalidades. Esse objeto revelaria também marcas estruturais de um planejamento prévio que resultasse num texto ordenado, sequenciado, amarrado num tecido que constitui alguma forma estrutural reconhecível, do gênero narrativo, expositivo, argumentativo. (KLEIMAN, 1995, pg.46)

A afirmação que a autora faz diz respeito a uma aquisição da escrita como prática discursiva que tem como função a elaboração de textos críticos e

que traçam um resgate da cidadania dos indivíduos, associados aos movimentos sociais, visando a uma qualidade de vida e lutando para que haja uma transformação social.

3.4 Letramento: como definir, como avaliar, como medir

O permanente desafio, enfrentado mundialmente para a universalização do letramento – do acesso pleno às habilidades e práticas de leitura e de escrita – está intimamente relacionado com um outro desafio: o de avaliar e medir o avanço em direção a esta meta. Dados tornam-se, assim, necessários tanto para evidenciar se os objetivos estão sendo alcançados como para estabelecer políticas e controlar programas de alfabetização e letramento. Por essa razão, desde escolas até instituições estão continuamente buscando dados e produzindo índices e estatísticas sobre níveis de domínio de habilidades de leitura e de escrita e de uso de práticas sociais que envolvam a escrita, por meio de avaliações e medições. (SOARES, 2001, p.63)

A autora relata com esta afirmação que, para que se obtenham os dados estatísticos sobre o letramento, encontram-se muitos problemas técnicos, conceituais, ideológicos e políticos.

Analisados em escalas os mais urgentes são os problemas que, de certa forma, dependem da tomada de decisões que resultam nos procedimentos de avaliação, são os problemas de natureza técnica.

Os problemas conceituais também são urgentes, segundo a autora, e um desses problemas está em definir o letramento muito antes mesmo de tabular dados e produzir estatísticas sobre o termo letramento.

Uma questão central precisa ser respondida: Que letramento é esse que se busca avaliar ou medir? A avaliação e medição do letramento têm que se fundamentar numa definição precisa do fenômeno; contudo essa definição será possível?

Um segundo problema conceitual, intimamente ligado com o primeiro, é a escolha dos critérios a serem usados para a avaliação e medição em contextos escolares, em censos demográficos e em pesquisas por amostragem. Que critérios são utilizados para avaliá-lo em cada uma dessas situações? (SOARES, 2001, p. 64)

Soares aborda o termo letramento denominando-o como um fenômeno multifacetado e complexo, sob a argumentação de que é impossível uma única definição do letramento.

A autora discute a avaliação e a medição do letramento abordando os conceitos escolares, os censos demográficos e as pesquisas por amostragem. Nessas definições buscam-se apontar os pressupostos equivocados que foram utilizados para a definição dos critérios para se planejar como será executada esta avaliação e medição. Para finalizar esta parte do estudo, são reunidos os argumentos favoráveis à avaliação e medição do letramento como sugestões para evitar os conflitos que possam surgir referentes à necessidade de uma avaliação e à dificuldade para atender à realização desta tarefa. Soares conclui enfatizando os aspectos que trazem, na definição do letramento, sua medição e avaliação.

3.5 Avaliação e medição do letramento: em busca de critérios

Como já dito anteriormente não é fácil definir o letramento devido à sua condição de estar associado a questões culturais. No entanto, faz-se necessário uma condição essencial para a sua avaliação e medição. Para que esse processo em torno do letramento ocorra, é necessário que se determinem critérios a serem utilizados para distinguir os termos: letrados, iletrados, bem como estabelecer diferentes níveis de letramento.

Por ausência dessa condição, as avaliações e medições providas de censos populacionais, como a Prova Brasil, que foi criada em 2005 e fornece um diagnóstico detalhado do ensino público brasileiro, e SAEB, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, que é o primeiro sistema de avaliação da educação em escala nacional, são um tanto imprecisas, isto é, estas pesquisas são realizadas por amostragem ou de forma mais restrita, sendo realizadas por sistemas escolares ou escolas e, por este motivo, os dados são imprecisos.

3.6 Avaliação e medição do letramento em contextos escolares

...o letramento é, no contexto escolar, mais que um produto; conseqüentemente, as escolas podem fazer uso de avaliações e medições em vários pontos do contínuo que é o letramento, avaliando de maneira progressiva a aquisição de habilidades, de conhecimento, de usos sociais e culturais da leitura e da escrita, evitando assim, o problema de ter de escolher um único ponto contínuo para distinguir um aluno letrado de um iletrado, uma criança alfabetizada de uma não alfabetizada. (SOARES, 2001, pg.84)

Segundo Soares, as escolas são instituições onde a sociedade deposita total confiança. Fica a cargo da escola as responsabilidades como: desenvolver habilidades, valores atitudes, crenças, conhecimento, entre outros, que são essenciais para a formação do indivíduo. O sistema escolar, por sua vez, sistematiza o conhecimento dividindo-o e planejando-o em partes, bimestres, semestres, séries, graus, e que em sequência deve-se dar um aprendizado, e avaliando periodicamente, em momentos pré-determinados, se cada parte foi suficientemente aprendida.

desse modo, a escolas fragmentam e reduzem o múltiplo significado do letramento: algumas habilidades e práticas são selecionadas e, então, organizadas em grupos, ordenadas e avaliadas periodicamente...

...esta estreita relação entre letramento e escolarização controla mais do que expande o conceito de letramento, e seus efeitos sobre a avaliação e

medição do letramento são significativos, embora não sejam os mesmos em países desenvolvidos e em desenvolvimento. (SOARES, 2001, p. 85)

3.7 Avaliação e medição do letramento em censos populacionais

Como já vimos, sabe-se que para avaliar o letramento é preciso que se considerem os níveis mais complexos de habilidades de leitura e escrita, seus usos sociais, e não somente se as pessoas são ou não são letradas por se tratar de uma “variável discreta e não contínua”.

Os dados coletados sobre o letramento seguem dois processos: o de autoavaliação e o de obtenção de informação sobre a conclusão, ou não, de uma determinada série escolar.

Na autoavaliação, o informante responde se ele se considera alfabetizado, letrado, analfabeto ou iletrado; no segundo processo, o informante será questionado sobre a sua escolarização formal. Cabe a cada tipo de sociedade escolher quais tipos de dados sobre o letramento quer levantar, quais dados sobre o letramento quer obter informações, pois estes dados estão relacionados ao estágio de desenvolvimento social e econômico da sociedade, ou seja, de seu sistema escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema alfabetização e letramento foi motivo desta pesquisa na qual se pretendeu desenvolver a retomada de conceitos problemáticos, buscando identificar as origens do termo e sua evolução ao longo dos anos.

Este trabalho se propôs discutir os conflitos existentes no processo educacional na área de alfabetização do Ensino Fundamental.

Segundo Kleiman (1999),

os estudos sobre o letramento que aqui incluímos têm um traço em comum; o letramento é aqui considerado enquanto conjunto de práticas sociais, cujos modos específicos de funcionamento têm implicações importantes para as formas pelas quais os sujeitos envolvidos nessas práticas constroem relações de identidade e poder. (p. 294).

A finalidade desta pesquisa foi prioritariamente discutir alfabetização e letramento distinguindo suas finalidades, seus pontos em comum e divergentes, e teve como objetivo, ainda, identificar em quais sociedades, contextos e culturas o termo letramento é utilizado em sua essência e prática.

No sentido de contribuir com o atual quadro da educação brasileira, vários autores contemplaram esta pesquisa, com o objetivo de definir alfabetização e letramento, buscando o surgimento do termo, seus significados e em qual momento a alfabetização e o letramento são concebidos no ambiente escolar.

O conceito de letramento é apontado por Soares (2000) como “característica de sociedades letradas, ou seja, sociedades que compreendem a leitura de mundo em um contexto social.” (p. 233)

Por meio desta pesquisa esperamos conseguir ajudar educadores compromissados com a ação pedagógica, uma vez que coordenam o processo e isto lhes exige cada vez mais conhecimentos psicopedagógicos e capacidade de adequação metodológica. "A minha contribuição foi encontrar uma explicação segundo a qual, por trás da mão que pega o lápis, dos olhos que olham, dos ouvidos que escutam, há uma criança que pensa." (Emília Ferreiro, 2001)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Erro e fracasso na escola**: alternativas teóricas e práticas. 3ªed. São Paulo: Summus editorial, 1997.

AZENHA, Maria da Graça. **Construtivismo**: de Piaget a Emília Ferreiro. São Paulo: Ática: Série Princípios, 1993.

AZEVEDO, Maria Amélia & MARQUES, Maria Lúcia. (Orgs). **Alfabetização hoje**. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização em questão**. 2ª Ed. São Paulo. Paz e Terra S/A, 2004.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 10ª ed. São Paulo: Cortez. Biblioteca da Educação – Série 8 – Atualidades em educação- vl. 8, 2001

_____. **Alfabetização em processo**. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Leitura do mundo, leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GADOTTI, Moacir. Alfabetização ou letramento? **Revista Pátio**, maio julho-2005.

KLEIMAN, Ângela B. (Org.) **Os significados do letramento**: Uma nova perspectiva sobre a pratica social da escrita. Campinas, São Paulo: Mercado de letras. Coleção Letramento, Educação e Sociedade, 1995.

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização**: Quem tem medo de ensinar? 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campo Grande: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2001.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita**: a Alfabetização como processo discursivo. São Paulo: Cortez, 1996.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema três gêneros. 2ª ed., 3ª reimp. Belo Horizonte: 2000.



_____. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

TEBEROSKY, Ana & TOLCHINSKY. (Orgs.) **Além da Alfabetização:** A aprendizagem fonológica, ortográfica, textual e matemática. 1º ed. São Paulo: Ática, 2002.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização.** São Paulo: Cortez, 2004.